

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-04-30

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Nevado, A. & André, P. (2017). Entre o passado e o futuro: temporalidades, território(s) e regeneração urbana da zona ribeirinha oriental de Lisboa . In Territórios Metropolitanos Contemporâneos. (pp. 28-35). Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL.

Further information on publisher's website:

<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/12476>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Nevado, A. & André, P. (2017). Entre o passado e o futuro: temporalidades, território(s) e regeneração urbana da zona ribeirinha oriental de Lisboa . In Territórios Metropolitanos Contemporâneos. (pp. 28-35). Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

ENTRE O PASSADO E O FUTURO: TEMPORALIDADES, TERRITÓRIO(S) E REGENERAÇÃO URBANA DA ZONA RIBEIRINHA ORIENTAL DE LISBOA

Ana Nevado
Paula André

RESUMO

A zona ribeirinha oriental de Lisboa (ZROL) é uma área urbana pós-industrial complexa, diversificada e semi-periférica, resultante de sucessivas transformações físicas e socioeconómicas. Apesar do panorama de declínio urbano, destaca-se pelo seu legado histórico, localização estratégica na cidade e na área metropolitana de Lisboa.

Cientes da relevância histórica, industrial, urbana e portuária do(s) território(s) da ZROL, pretende-se problematizar a questão do património na actualidade e sob o prisma urbano, promovendo novos olhares e caminhos de actuação prospectiva no âmbito da regeneração urbana. Nesse sentido, explora-se a relação entre a re-funcionalização do património e os fenómenos de metropolização, gentrification e regeneração.

Metodologicamente, à luz de suportes teóricos – em particular da obra de referência de Laurajane Smith sobre os usos do património -, destacam-se elementos patrimoniais, confrontam-se planos urbanos com a evolução histórica e urbana do caso de estudo e da área metropolitana de Lisboa e com o conceito de património na actualidade. Consideram-se também as transformações e mudanças urbanas decorrentes do processo de industrialização em Lisboa, centralidades e periferias (Alcântara-ZROL), assim como a evolução do conceito de património face às céleres transformações introduzidas pelos fenómenos de globalização.

Finalmente, considerando o território seleccionado enquanto laboratório de experimentação, foca-se a regeneração urbana como modo de gestão urbana e intervenção prioritária (política, cultural, social e económica) que ultrapassa o domínio físico, transportando a centralidade à periferia por via da re-funcionalização das pré-existências, sobrepondo memórias e temporalidades. Conclui-se que a ZROL é uma área estratégica e potencialmente emergente sob o ponto de vista do re-desenvolvimento territorial, social e económico (e.g.: co-working), partindo da História e do passado como fundamentos da intervenção presente e futura.

Palavras-Chave: regeneração urbana, património, re-funcionalização, planeamento e gestão estratégica, gentrification

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo insere-se no âmbito da elaboração da Tese de Doutoramento - “Regeneração urbana em áreas pós-industriais: a zona ribeirinha oriental de Lisboa entre o Plano Director da Região de Lisboa (PDRL; 1964) e o Plano Director Municipal de Lisboa (PDML; 1994)” -, em curso, em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos do ISCTE-IUL. Perante os fenómenos de globalização e metropolização e em virtude das inúmeras e céleres transformações urbanas na cidade de Lisboa, especificamente na frente ribeirinha, questiona-se a regeneração urbana no âmbito do planeamento e gestão urbana, face ao contexto actual de declínio urbano e escassez de recursos. Metodologicamente, comparam-se o PDRL e o PDML considerando a evolução da regeneração urbana enquanto conceito operativo, o papel do património nesse processo e as intervenções municipais sobre o território, com vista à

definição de estratégias e modos de projectar na contemporaneidade, articulando a escala local e global.

A ZROL – compreendida entre áreas centrais (i.e.: o Terreiro do Paço e o Parque das Nações) - é um território pós-industrial complexo, diversificado e semi-periférico, resultante de sucessivas transformações físicas e socioeconómicas desde o século XV até à actualidade (Custódio e Folgado, 1999; Matos e Paulo, 1999). Apesar do panorama geral de degradação urbana (Figuras 1-6) e falta de ligação com outros centros urbanos, revela-se emergente pela sua localização estratégica e legado histórico, destacando-se o seu património industrial (Custódio e Folgado, 1999; Matos e Paulo, 1999; Folgado, 2009). Marcada por uma fase progressista durante o Estado Novo - sobretudo na sequência da transferência de indústria pesada da zona Ocidental (Belém) para a Oriental de Lisboa aquando da Exposição do Mundo Português, em

1940 -, a ZROL é hoje um testemunho histórico vivo e repleto de património. Apesar de ter tido uma concentração fabril muito significativa e intervenções de grande escala (e.g.: regularização da margem Norte do Tejo, entre Poço do Bispo e a Matinha), actualmente encontra-se obsoleta. Que futuro então para essa área urbana? Se, num primeiro momento, a cidade acolheu a indústria (embora concentrada em áreas periféricas), noutra fase afastou-a. A regeneração urbana toma então lugar, buscando um equilíbrio urbano demográfico e económico, e estabelecendo pontes para o futuro. Mas que papel desempenha o património nesse processo?

Pretendemos problematizar as questões do património – nas suas diversas variantes (histórico, industrial e portuário) – existentes na ZROL na contemporaneidade, sob o prisma da regeneração urbana, ultrapassando a escala arquitectónica. Considerando que não existe uma definição única do conceito de património (Smith, 2006), pretende-se explorar a re-funcionalização como ferramenta essencial para a transformação e actualização dos territórios urbanos, com enfoque na ZROL.

Metodologicamente, considera-se:

- i. a evolução do conceito de património, o seu papel na contemporaneidade e relação com a regeneração urbana;
- ii. o confronto da evolução histórica e urbana do caso de estudo e da área metropolitana de Lisboa (AML) com o sistema de planeamento urbano;
- iii. a selecção de elementos patrimoniais no território em estudo destacando a sua importância e potencialidades nos processos de regeneração urbana, nas zonas ribeirinhas em geral e na ZROL em particular.

Contribuir-se-á para o debate contemporâneo sobre as questões do património no âmbito da regeneração urbana, promovendo novos olhares e caminhos de atuação prospectiva, incidindo sobre:

- i. a salvaguarda do património industrial por via da re-funcionalização e rentabilização patrimonial, prevendo um re-desenvolvimento urbano, socioeconómico e multiescalar;
- ii. a evolução do conceito de espaço industrial e do seu legado (histórico, arquitectónico e urbano);

iii. a evolução do conceito de património na cidade contemporânea;

iv. a regeneração urbana como processo cultural e de redesenvolvimento numa era pós-industrial e supramoderna.

Conclui-se que no contexto do re-desenvolvimento territorial a regeneração urbana – enquanto acção política, processo cultural integrado e inclusivo -, é uma forma de gestão prioritária e ultrapassa a escala física, devendo considerar também dimensões intangíveis. Foca-se a transferência da centralidade à periferia por via da refuncionalização das pré-existências, particularmente dos elementos patrimoniais, sobrepondo memórias e temporalidades num território complexo e diverso, num contexto incerto e de mudança. Finalmente, sugerem-se linhas de investigação futura decorrentes desta breve reflexão teórica.

2. DESENVOLVIMENTO

Embora na contemporaneidade estejamos a viver um momento de intensa produção terminológica e conceptual, a história urbana de Lisboa revela-nos que sempre existiu na cidade uma morfologia ininterrupta e mutante (André, 2015, p. 106). O contemporâneo território urbano é o espelho das dinâmicas, das convergências, das contradições e dos discursos do mundo simultaneamente globalizado e localizado (André, 2015, p. 90). Hoje tal como refere o arquitecto e urbanista José Fariña Tojo “advinham-se tempos de ajustes” chamando a atenção que depois de uma tremenda “diástole urbana produzida no século passado, vê-se chegar uma sístole”, imprescindível para que o “coração do planeta continue funcionando”, alertando ainda para a necessidade de um regresso “à cidade local” (Fariña Tojo, 2015). Mas consideramos que o ajuste deve ter em conta que a cidade é ao mesmo tempo a urbs, a civitas e a polis (Capel Saez, 2003, pp. 9-22), isto é, que qualquer ajuste deve ter presente esta tríade matricial.

A socióloga Saskia Sassen no seu livro *Expulsions – Brutality and Complexity in the Global Economy* (2014) afirma que a mundialização entrou numa fase de “expulsão”, salientando a nova dinâmica

sistémica, complexa e radical, referindo-se ao número crescente de pessoas, de empresas e de lugares físicos que foram “expulsos” da ordem económica e social. A autora chama também a atenção para o facto de os expulsos se reapropriarem do espaço público, referindo que os invisíveis da mundialização criam território, nomeando o movimento Occupy e seus derivados “indignados” como “globalização do protesto” (Sassen, 2014). A exposição *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities*, realizada no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque assumiu-se como plataforma de expressão do urbanismo tátil em mega-cidades, ambicionando provocativamente lançar a discussão em torno dos modos como se podem estabelecer colaborações de conhecimento entre o local e o global e criar novas visões e soluções realistas ou alternativas (*Uneven Growth*, 2014-15). A Plataforma de Discussão sobre o Futuro das Cidades – Arq.Futuro, quando organizou o seminário *Cidades Performáticas: uma discussão sobre arte, arquitetura e espaço público*, procurou debater o papel da cultura como elemento de transformação urbana, e pretendeu afirmar “a cidade como o grande palco; a arquitetura como (re)invenção e a criatividade como elemento transformador das relações individuo/ambiente” (*Cidades Performáticas*, 2014).

O património é, também uma performance, relacionando o acto da visita com a experiência e invocação de memórias (Smith, 2006, p. 66). Abordar as questões relacionadas com o património (Choay, 2011) implica questionar e reconhecer a sua importância no contexto actual e futuro de re-desenvolvimento urbano, considerando o território como activo e produtivo (Terán, 2009; Nevado, 2015a/b). Selecionamos a obra de Laurajane Smith para suportar esta pesquisa pela sua atitude crítica face às questões do património e ao tipo de discurso difundido no Ocidente (por entidades como a UNESCO e o ICOMOS). Partindo do princípio de que a noção de património é subjectiva, plural e imaterial (Smith, 2006), correspondendo a processos político-culturais e marcadamente ocidentalizados, questionamos a sua importância no âmbito da regeneração urbana de áreas críticas e periféricas. Apesar da cidade englobar também áreas não-centrais (i.e.: periferias e zonas desqualificadas), a salvaguarda do património tem-se focado especialmente em territórios centrais, acentuando identidades,

lugares, memórias e valores socioculturais (Smith, 2006; Smith, 2012). No cenário actual de crescente incerteza, transformação e de assimetrias, importa clarificar o papel do património, quer no âmbito da re-funcionalização como veículo para regenerar e promover a (re)criação de centralidades urbanas em territórios periféricos, quer no contexto do planeamento e gestão urbana com vista à articulação entre territórios. Tal como salienta Laurajane Smith, um dos paradoxos do património é que “no acto de inclusão haverá, quase que por definição, um acto de exclusão” (Brett, 1996; Graham et al., 2000; Graham, 2002), não deixando igualmente de denunciar que o património pode ser tanto “um impulso progressivo” como um impulso “reaccionário de conservação” (Smith, 2011, p. 60). A modernidade da cidade assenta precisamente no diálogo com o passado, devendo o passado estar presente (Bender, 2001), e é esse diálogo que entendemos estar presente na história urbana da Lisboa, e a par desta consciência deve também estar presente a consciência sublinhada por Laurajane Smith de que o “«património» não é uma «coisa», lugar ou evento intangível, e sim um desempenho ou processo cultural relacionado à negociação, criação e re-criação de memórias, valores e significados culturais”, sendo esse processo “obscurecido pelo discurso autorizado sobre o património” (Smith, 2011, p. 40). Na verdade, e tal como lucidamente L. Smith chama a atenção “as identidades e a memória simplesmente não se «encontram», «produzem» nem «reflectem» nos sítios ou monumentos patrimoniais, mas são recreadas e negociadas continuamente à medida que as pessoas, as comunidades e as instituições reinterpretam, recordam, esquecem e reavaliam o significado do passado perante as necessidades sociais, culturais e políticas do presente” (Smith, 2011, p. 60).

Numa conjuntura global e de célere mudança (Nevado, 2015a) e inserido num vasto campo de debate e de pesquisa, o património é uma construção mental (Labadi e Logan, 2016) e ideológica, que resulta de processos políticos e de decisão sobre escassos recursos (Smith 2006; Labadi e Logan, 2016). Não se cingindo ao passado, representa o presente e o futuro (Labadi e Logan, 2016), não encerrando em si uma definição universal (Smith 2006). Contudo, o discurso marcadamente ocidentalizado e formatado - i.e.: *Authorised Heritage Discourse* (Smith, 2006; 2012)

- nem sempre é isento, moldando sociedades e a opinião pública, e partindo de abordagens top-down (Labadi e Logan, 2016; Smith, 2006). Embora a UNESCO reconheça a importância dos valores e práticas das comunidades locais a par de sistemas de gestão tradicionais para o futuro, ainda não se reflectem nos planos e estratégias de gestão urbanística, centrando-se em perspectivas teóricas (Labadi e Logan, 2016). A sua abrangência não se resume a elementos singulares de reconhecido valor, representando também memórias e temporalidades da cidade. Enquanto valor tangível e intangível do legado do passado, representa uma vantagem para comunidades e governos ao permitir distinguir cidades/áreas urbanas e atrair turismo e investimento. Esse contributo representa a possibilidade de (re)criar identidades e coexiste com elementos patrimoniais novos que requerem integração nas estratégias de planeamento e gestão urbanística da cidade contemporânea. Nesse contexto e sendo o passado inevitável (Lowenthal, 1985), a história é considerada como fundamento da intervenção por via da regeneração urbana, da refuncionalização do património e da (re) construção sobre o construído (De Gracia, 1992) e é compreendida enquanto processo e não apenas um fim em si mesma, implicando visões integradas, interpretações do território e da paisagem urbana¹.

No campo da investigação sobre frentes ribeirinhas pós-industriais (Rufinoni, 2014), a ZROL é um território complexo, diverso e maioritariamente em declínio urbano (Figuras 1-2). Contudo, o valor histórico do legado da ZROL é inegável (Custódio e Folgado, 1999; Matos e Paulo, 1999; Nevado 2015 a/b). Esse antigo e importante centro industrial-portuário ribeirinho marcou a paisagem, a economia, a evolução e a própria história da cidade, da área metropolitana de Lisboa e do país (e.g.: infraestruturas rodo-ferroviárias e portuárias). Se, por um lado, a monofuncionalidade levou à progressiva falta de investimento e à degradação na sequência da desafecção socioeconómica a partir da década de 1970, por outro lado, vincou o território e a cultura de diversos bairros e comunidades locais. A sucessiva sobreposição de temporalidades e territórios são hoje visíveis através dos vestígios no edificado, espaços públicos e infraestruturas (Figuras 4-5), despertando olhares críticos sobre o futuro e a coesão daquela área face à cidade e à AML. Encontrando-se sob jurisdição da Administração do Porto de Lisboa (APL), a frente

ribeirinha da Margem Norte do rio Tejo desenvolve-se actualmente ao longo de 15Km (Nevado, 2015a). Contudo, na presente análise, investigamos a ZROL não só como frente ribeirinha, mas também incluindo áreas urbanas contíguas (Figura 7), considerando as relações urbanas entre as mesmas e os limites definidos no território pelas infraestruturas rodo e ferroviárias. Embora desencadeie conflitos de gestão do uso do solo, a APL tem vindo a libertar troços com vista à modernização do território, por via de intervenções públicas municipais (Figura 8) e Governamentais.

Analisar uma área ribeirinha portuária pós-industrial e a evolução da ZROL conduz-nos porquanto à análise local, focando as questões do património pelo ponto de vista do planeamento e da gestão urbana da cidade e da AML. Urge questionar e quiçá retomar usos iniciais (i.e.: indústria), rentabilizando o território como activo (Terán, 2009) e produtivo (Nevado, 2015b) e articulando escalas de actuação. Essa área urbana reúne diferentes territórios e temporalidades, decorrentes das sucessivas transformações e sobreposições urbanas (Figuras 1 e 10). Outrora marcada por conventos (Figura 11) e quintas de recreio (Figura 6) nas proximidades do Rio (Custódio e Folgado, 1999), a morfologia da ZROL foi alterada inicialmente pelo Terramoto (1755), a extinção das Ordens Religiosas (1834), a industrialização e a infraestruturização ferroviária a partir da segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Ao longo das décadas de 1980-90, a CML levou a cabo diversos programas com vista a erradicar os bairros de barracas da cidade, inclusivamente na ZROL. Eis que surgem bairros sociais camarários (e.g.: Prodac Norte/Sul; Chelas; Olivais) nas proximidades do Parque da Bela Vista e o incremento de hortas urbanas informais em territórios devolutos. Destaca-se a mega operação de regeneração urbana do Parque das Nações, na sequência da Expo '98, cujas lógicas de intervenção de referência internacional e de re-desenvolvimento territorial de grande escala não permitiu, contudo, ligação directa com a cidade e áreas urbanas contíguas. Apesar dessa área cosmopolita e do património contemporâneo, o progressivo abandono de várias unidades fabris ainda é uma realidade no território entre o Terreiro do Paço e o Parque das Nações até hoje (Figura 1), apesar das futuras intervenções municipais previstas (e.g.: Centro Hospitalar Oriental, em Chelas) e em curso ("Jardins Braço de Prata" –

Figura 15).

O fenómeno de industrialização de Lisboa modificou o quadro legal, político e urbanístico, considerando factores como a estética e a qualidade do ambiente na sua implantação por influência das New Towns (Folgado, 2009). Destacamos o caso da deslocalização da Fábrica de Belém (instalações de gás das Companhias Reunidas Gás e Electricidade, localizada nas proximidades do Mosteiro dos Jerónimos), junto à Torre de Belém para a zona oriental da cidade por motivos estéticos, urbanos e de qualidade ambiental, e por ocasião da Exposição do Mundo Português (Folgado, 2009). A deslocalização dos gasómetros para a nova fábrica, na zona oriental (Quinta da Matinha), implicaria, no entanto, a construção de aterro (i.e.: terrenos conquistados ao rio Tejo) e uma nova canalização até à Praça do Comércio, para ligação com a rede de abastecimento existente (Folgado, 2009). As transformações suburbanas e metropolitanas ao longo do século XX expandiram a Região de Lisboa (actual AML) tendo o planeamento das décadas de 1950-60 adoptado uma perspectiva integradora, considerando uma área geográfica mais vasta que ultrapassava a escala da cidade. A (des)localização de áreas industriais implicava uma articulação económica e social, procurando colmatar assimetrias territoriais (Folgado, 2009) e a perda de importância das actividades portuárias na Margem Norte para a Sul entre 1960-1987 (APL, 2016) promoveram alterações logísticas e físicas com enfoque no transporte de mercadorias (e.g.: instalação do Terminal de Contentores em Santa Apolónia, em 1970 – Figura 14) (APL, 2016), marcando a paisagem urbana até hoje. Na sequência da integração na União Europeia, impunha-se uma reestruturação profunda do sistema portuário com vista a torná-lo eficiente e eficaz perante as exigências de competitividade imposta à economia nacional pela integração e globalização (APL, 2016). Desde então, foram desenvolvidos planos estratégicos, melhoria das condições de acesso ao porto, concessões de iniciativa privada e melhoria de espaços públicos (e.g.: frente ribeirinha entre a Torre de Belém e o Cais do Sodré), assim como o Plano de Ordenamento da Zona Ribeirinha (POZOR, 29 de Junho de 1994) compreendendo a área desde Algés até à Matinha e prevendo a compatibilização entre actividades portuárias e os requisitos das áreas urbanas contíguas (APL, 2016). Denota-se então uma aproximação entre o

porto, a cidade e os cidadãos, assim como um maior relacionamento com o município (APL, 2016), sem, contudo, prever planos globais de regeneração urbana e considerando os elementos patrimoniais existentes no território da ZROL.

3. PROPOSTAS DE ACTUAÇÃO PROSPECTIVA

Considerando o quadro legal vigente, a regeneração urbana como prioridade e a riqueza histórica e urbana do(s) território(s) da ZROL, enunciam-se os seguintes princípios e modalidades de preservação, conservação, planeamento e gestão do património:

- i. Abordagens integradas com a comunidade;
- ii. Refuncionalização das pré-existências;
- iii. Recriar antigas acessibilidades para ligação com outras áreas da cidade e AML;
- iv. Melhoria das condições de habitação dos moradores, ao invés da demolição, atribuindo primazia aos habitantes locais. Consequentemente, atrair investimento externo.
- v. Valorização patrimonial conjunta e de cariz urbano (e.g.: paisagem urbana; espaços públicos; tecido urbano como património cultural; acessibilidades/vias), minimizando fenómenos de gentrification.
- vi. Conservação do património como política de regeneração urbana em cidades globais, com base em estratégias de re-desenvolvimento territorial e de coesão social e económica.
- vii. Criar e integrar novos equipamentos urbanos (e.g.: Biblioteca de Marvila) com a comunidade, promovendo espaços para eventos e tradições culturais locais (e.g.: Marchas Populares).
- viii. Considerar a história/passado como fundamentos para a intervenção.
- ix. Elaboração de Planos de Conservação Integrada, inseridos em estratégias abrangentes de regeneração urbana.
- x. Conservação justificada pelo ponto de vista da função e utilidade pública, para além do reconhecido valor urbano (Jokilehto, 1999).

4. LINHAS/QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO FUTURA

- i. De que modo as políticas urbanas de redensolvimento territorial abordam e integram as questões do património no redensolvimento territorial, especificamente nas áreas urbanas pós-industriais?
- ii. Qual o papel do Plano de Conservação Integrada nos processos de regeneração urbana?

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante as céleres transformações da e na cidade metropolitana contemporânea e considerando a escassez de recursos financeiros num contexto de crise mundial, urge redireccionar olhares para a preservação e conservação de estruturas pré-existentes em áreas urbanas centrais e periféricas, focando a regeneração urbana como intervenção prioritária (Bourdin, 2011; Nevado, 2015a/b). Esta breve reflexão pretendeu explorar as questões do património e das pré-existências questionando os conceitos inerentes e a emergência da regeneração urbana enquanto acção prioritária e global na ZROL, uma área urbana crítica e semi-periférica na cidade. Na sequência da análise do território e marcos patrimoniais da ZROL (e.g.: espaços públicos e edifícios notáveis) e cientes da sua complexidade, concluímos que se trata de um conjunto urbano complexo, diversificado e de reconhecido interesse público pelo legado histórico e urbano que contém. Não obstante, constata-se, por um lado, a falta de investimento ao longo de diversas décadas e, por outro lado, a emergência de regeneração urbana por via de intervenções públicas (e.g.: CML) e privadas (e.g.: habitação, comércio e actividades artístico-culturais).

Partindo do pressuposto de que não existe património, sendo mesmo uma construção conceptual (Smith, 2006) sendo, por isso, todo e qualquer elemento urbano e arquitectónico passível de ser considerado como tal - desde que se verifique e consensualize o seu valor, memória e utilidade pública -, na ZROL consideramos o território (i.e., o tecido urbano) alvo e objecto de estudos nesse campo. O património é plural, subjectivo e

intangível (Smith, 2006; 2012) e a regeneração urbana depende de actuações integradas, multi e interdisciplinares, não se cingindo à reabilitação urbana e pontual. Tal implica uma mudança no enquadramento legal e no sistema de planeamento e gestão urbanística, e uma articulação crescente entre o poder público/político e os promotores privados. As intervenções deverão partir do seio das comunidades para o exterior, valorizando pré-existências sob o ponto de vista não só arquitectónico como também urbano. Perante um crescente contexto globalizado, de incerteza e célere transformação, a regeneração urbana surge como resposta aos desafios colocados pela sobreposição de temporalidades, promovendo o transporte da centralidade à periferia. Com vista ao sucesso das intervenções, consideramos que a regeneração urbana deverá privilegiar a história e elementos do passado urbano, por via da refuncionalização e aproveitamento de estruturas pré-existentes. A regeneração urbana não se encerra em políticas nem planos, devendo também considerar outras formas de planeamento e gestão por via empírica, em actuação conjunta com as comunidades locais, considerando tradições, valores e memórias, e organismos de administração sob lógicas de proximidade (e.g.: Juntas de Freguesia, Sociedades de Reabilitação Urbana, etc.).

BIBLIOGRAFIA

André, P. (2015). *As Cidades da Cidade. Lisboa na primeira metade do séc. XX: nova Lisboa (1936) e Lisboa nova (1948)*. Revista Urbana. Dossiê História Urbana: a configuração de um campo conceitual, UNICAMP, v. 7, n. 10, jan /ago, p. 89-111.

Bender, T. (2001). *The unfinished city. New York and the Metropolitan Idea*. New York: The New Press.

Bourdin, A. (2011). *O Urbanismo Depois da Crise*. Lisboa. Livros Horizonte.

Brett, D. (1996). *The Construction of Heritage*. Cork: CorkUniversity Press.

Capel Saez, H. (Coord.) (2003). *Ciudades, arquitectura y espacio urbano*. Almeria: Instituto Cajamar, p. 9-22.

Choay, F. (2011). *As questões do Património*. Lisboa: Edições 70.

CIDADES PERFORMÁTICAS: uma discussão sobre arte, arquitetura e espaço público (2014). <http://www.archdaily.com.br/br/758604/transmissao-ao-vivo-do-evento-cidadesperformaticas-promovido-pelo-aruturo>

Custódio, J. & Folgado, D. (1999). *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Coleção: Cidade de Lisboa. 1ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.

De Gracia, F. (1992). *Construir en lo construído. La arquitectura como modificación*. Madrid: Editorial Nerea, S.A.

Fariña Tojo, J. (2015). *Una ciudad más próxima*. El País Internacional. (28 Junio).

Folgado, D. (2009). *A nova ordem industrial. Da fábrica ao território de Lisboa. 1933-1968*. Tese de Doutoramento em História (Especialidade em Arte, Património e Restauro). Lisboa: FLUL.

Graham, B. (2002). "Heritage as Knowledge: Capital or Culture?". *Urban Studies*, Vol. 39, Nos. 5-6, pp. 1003-1017.

Graham, B., Ashworth, G., Tunbridge, J. (2000). *A Geography of Heritage: Power, Culture and Economy*. Londres, Arnold Publishers.

Lei n.º 31/2014 – Lei de bases gerais da política

pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo. In *Diário da República*, 1.ª série–N.º 104–30 de maio de 2014. Governo de Portugal (2014).

Labadi, S. & Logan, W. (2016). Part III - Grassroots heritage and bottom-up approaches. - Whose heritage? Conflicting narratives and top-down and bottom-up approaches to heritage management in Yangon, Myanmar. In S. Labadi & W. Logan (Eds.), *Urban heritage, development and sustainability. International Frameworks, National and Local Governance*. New York: Routledge.

Lowenthal, D. (1985). *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press.

Jokilehto, J. (1999). *A History of Architectural Conservation*. New York: Routledge.

Matos, J., & Paulo, J. (1999) *Caminho do Oriente – Guia Histórico I e II*. Lisboa: Livros Horizonte.

Nevado, A. (2015a). *Planeamento e gestão urbana municipal: regeneração urbana da frente ribeirinha oriental de Lisboa*. Revista UR Cadernos FA/UL / (re)inventar a Cidade em Tempos de Mudança, 8, Junho 2015, 114-123. ISSN 1645-2844.

Nevado, A. (2015b). *The Eastern waterfront area of Lisbon: progress, decline and regeneration*. The Built Heritage Debate / A Questão do Património, Revista Joelho #06, Artigo, 146-152. Coimbra: Universidade de Coimbra (DARQ/FCTUC).

Rufinoni, M. (2014). *Territórios portuários, documentos de história urbana: as intervenções no porto de Génova e os desafios da preservação*. Cidades, Comunidades e Territórios, 29 (Dezembro 2014), 12–24. ISSN: 2182-3030

Sassen, S. (2014). *Expulsions – Brutality and Complexity in the Global Economy*. Harvard: University Press.

Smith, L. (2006). *Uses of Heritage*. London/New York: Routledge/Taylor & Francis Group.

Smith, L. (2011). *El "espejo patrimonial". Ilusión narcisista o reflexiones multiples?* Antípoda, nº 12, Jan. – Jun., p. 39-66.

Smith, L. (2012). *Discourses of Heritage: implications for archaeological community practice*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Questões do tempo

presente, [online a 05 Outubro 2012; consult. a 10 Abril 2016]. Disponível em:
<http://nuevomundo.revues.org/64148> doi: 10.4000/nuevomundo.64148

Terán, F. (2009). El pasado activo: del uso interesado de la historia para el entendimiento y la construcción de la ciudad. Madrid: Akal.

UNEVEN GROWTH: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities. New York: MoMA. (2014).

Recursos disponíveis na WEB:

APL (2016)

http://www.portodelisboa.pt/portal/page/portal/PORTAL_PORTO_LISBOA/AUTORIDADE_PORTUARIA/MEMORIA_INSTITUCIONAL

CML (2016)

<http://www.cm-lisboa.pt/zonas/oriental>